



Destaque Rural Nº 181

26 de Julho de 2022

MOZAMBIQUE ECONOMIC UPTDATE 2022 DO BANCO MUNDIAL: A MESMA CARTILHA DE DÉCADAS

João Mosca

1. INTRODUÇÃO

Este texto comenta o texto do Banco Mundial (WB), *Mozambique Economic Uptdate 2022. Getting Agricultural Support Right*, publicado em Junho de 2022. Este Destaque Rural, além da Introdução, possui mais 3 secções: (2) apresentação da agricultura segundo o documento do Banco Mundial; (3) Análise do Banco Mundial às políticas públicas para a agricultura em Moçambique; (4) Comentários do autor.

Este Destaque Rural concentra-se na Parte 2 do texto do Banco Mundial com o título “A agricultura pode ser uma fonte de crescimento, redução da pobreza e segurança alimentar”. O autor faz uma análise da radiografia que o WB faz ao sector agrícola, aos seus comentários acerca de parte das políticas direccionadas para a agricultura nos últimos anos e às para mudanças de políticas. O autor termina o texto com uma apreciação sobre a última secção do documento com o título “A agricultura pode ser uma fonte de crescimento, redução da pobreza e segurança alimentar”.

O autor considera que o texto do Banco Mundial é frágil e reducionista pela “radiografia” que faz ao sector agrário moçambicano, à forma como aborda as políticas públicas em Moçambique e às sugestões consideradas como teórica e politicamente dogmáticas.

2. APRESENTAÇÃO DA AGRICULTURA, SEGUNDO O BANCO MUNDIAL

O texto faz uma apresentação da agricultura moçambicana, destacando: (1) o potencial agrícola do país e o subaproveitamento da terra, verificando-se um decrescimento da escala de produção das explorações depois de 1990, após a guerra civil; (2) “a produtividade agrícola continua a ser baixa, em grande parte devido ao baixo acesso e intensidade no uso dos *inputs*; à fraca adopção de tecnologias, à prestação limitada de serviços agrícolas e à elevada sazonalidade na produção e vulnerabilidade climática”¹, sendo a maioria dos produtores familiares consumidores líquidos de alimentos; (3) o aumento dos preços agrícolas reduz o consumo e aumenta a pobreza; (4) o acesso aos mercados constitui um “desafio” e agrava-se

¹ Página 21 do documento em análise.

porque os choques climáticos acontecem, particularmente, ao longo da costa onde habita 70% da população; (5) as mulheres estão em desvantagem no acesso aos serviços produtivos, tecnologia, informação de mercado e financiamento; (6) as decisões de produção são tomadas essencialmente com o objectivo da subsistência alimentar e a “transição do emprego na agricultura para a indústria e serviços exigem um aumento da produtividade agrícola”².

3. ANÁLISE DO BANCO MUNDIAL ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE

Depois da caracterização sumária do sector, acima ressaltada, o Banco Mundial constata aspectos de políticas públicas directamente associados à agricultura, como por exemplo: (1) a baixa e decrescente contribuição do orçamento do Estado para a agricultura; (2) defende mais investimento público e sublinha a maior eficácia das despesas públicas; (3) porém, refere que, não obstante a diminuição das despesas orçamentais na agricultura, Moçambique presta um apoio significativo ao seu sector agrícola. As estimativas de 2018 mostram que o país atribuiu 509 milhões de dólares (o equivalente a 3,3% do PIB total) no total do apoio anual ao sector agrícola³. O baixo acesso aos mercados da maioria dos produtores provinham de políticas de apoio público agrícola (considerado elevado), como os subsídios à produção e medidas de proteção comercial (PSE⁴), que beneficiam um pequeno número de produtores comerciais; (4) não obstante, considerar que o apoio agrícola seja elevado em comparação com outros países em desenvolvimento, a proporção destinada a bens e serviços públicos é relativamente baixa; (5) os subsídios para a agricultura beneficiam sobretudo bens privados e não a bens públicos (por exemplo, inovação agrícola - I&D⁵ e educação -, serviços de saúde animal/vegetal, marketing e promoção, infra-estruturas rurais.

Seguidamente, o WB aponta algumas medidas de mudanças de políticas, sugerindo, principalmente: (1) mudança do apoio ao fornecimento de bens privados (subsídios directos à produção, tarifas e barreiras alfandegárias, etc.), para bens e serviços públicos (GSSE), alegando que estes provocam um maior rendimento económico; (2) desenvolvimento do agronegócio; (3) mudança dentro do PSE, de suporte a agricultores, via preços (MPS), para apoiar agricultores por meio de gastos público; (3) deixar de tributar implicitamente os alimentos consumidos para consumidores positivos (CSE⁶); (4) políticas de suporte para sair das medidas que distorcem os mercados para uma política agrícola competitiva; (5) reduzir a tributação directa aos alimentos e aumentar o apoio para minimizar a insegurança alimentar das famílias.

As reformas não se traduziram automaticamente em valores mais elevados para as exportações agrícolas, em grande parte, porque os preços mundiais estão fora do controle

² Página 23, ibidem.

³ Este nível (estimado) de apoio total à agricultura, que considera todas as transferências para a agricultura derivadas de políticas agrícolas (isto é, não só as despesas públicas na agricultura, mas também outras transferências derivadas de medidas fronteiriças e outros regulamentos.

⁴ Producer Support Estimate.

⁵ Investigação e desenvolvimento (inovação)

⁶ Consumer Support Estimate.

dos exportadores dos pequenos países. Neste contexto, é importante que esta transição seja acompanhada com apoio crescente para a melhoria constante de práticas agrícolas, a adopção de tecnologia, acesso a insumos de alta qualidade e serviços financeiros. Ao mesmo tempo, o investimento nas infra-estruturas produtivas é importante (...), significando que estas medidas são, realmente, um imposto sobre o desenvolvimento de um agronegócio competitivo e uma maior participação das exportações.

4. COMENTÁRIOS DO AUTOR

A apresentação das características da agricultura moçambicana feita pelo Banco de Mundial, assenta, de forma muito genérica, na pequena escala dos produtores, nas razões da baixa produtividade, na relação entre produção agrícola com a pobreza, nos preços e nos choques climáticos, as desigualdades de género no acesso a recursos e a mulher como decisora da unidade de produção e desigualmente beneficiária na distribuição dos recursos nas explorações de pequena escala (familiar), tendo a produção de alimentos como objectivo principal. Estes aspectos são abordados de forma superficial e não analítica e contextualizada, e não abrangem aspectos fundamentais, como a necessidade em se considerar a segmentação da agricultura segundo o tamanho, tecnologia, lógicas produtivas, integração nos mercados, fracas relações intersectoriais, configurando economias rurais desarticuladas, sem acumulação e investimento por agentes económicos locais. Não se refere aos mecanismos de transmissão do conhecimento entre a investigação e os produtores (por exemplo, a extensão rural). Não faz qualquer referência à importância das instituições, da descentralização, da organização dos diferentes tipos de produtores. O Banco Mundial refere que existe um elevado apoio a uma minoria de produtores por via das taxas aduaneiras; esta afirmação é certamente subjectiva, pois pressupõe comparar as actuais tarifas com uma outra, supostamente mais ajustada segundo os critérios do WB.

A coordenação, compatibilidade e instabilidade das políticas públicas e dos recursos, parece ser assunto sem importância para o Banco Mundial, bem como a influência e ineficácia dos projectos de cooperação. Em alguns aspectos, o documento é impreciso, como, por exemplo, na transição do factor trabalho para a indústria e serviços, na distribuição espacial da população, e em frases "politicamente correctas", sobre a incidência no território dos choques climáticos. Não aborda a importância do crescimento da população, dos fenómenos migratórios e da crescente desigualdade da densidade populacional e sua importância na produtividade e no desmatamento. Os efeitos e o impacto dos grandes projectos e do agronegócio são omitidos. Os conflitos militares e as centenas de milhares de cidadãos desalojados não são considerados e, portanto, não são, para o Banco Mundial, influentes no comportamento da agricultura e da economia rural. Para o Banco Mundial, os contextos políticos, económicos e militares internacionais parecem não influenciarem na agricultura moçambicana.

Acerca das políticas agrárias praticadas em Moçambique, o documento do Banco Mundial aponta, principalmente, o baixo e decrescente contributo do orçamento do Estado para a agricultura e aponta a ineficácia desses recursos, sublinha a necessidade de aumentar o investimento do Estado em bens públicos, reduzindo ou eliminando as diferentes formas de

subsídios directos e indirectos à produção que beneficiam um número reduzido de produtores e em prejuízo dos consumidores. Nada é referido sobre o peso do Orçamento do Estado na economia, a carga de gastos com o pessoal ou o nível de centralização dos recursos nos órgãos centrais do Estado. A ineficácia produtiva, as dívidas das empresas públicas, e o que representam para a economia, e o Estado, não é mencionada. No quadro das políticas públicas, em nenhuma frase se refere o crédito e as taxas de juro, a relação da evolução da inflação dos bens alimentares com a de outros sectores e com o conjunto da economia, aos efeitos da manipulação da taxa de câmbio e das políticas recessivas do Banco de Moçambique, ao investimento privado, à importância do seguro agrícola, aos incentivos fiscais à produção, à criação de emprego. Outros aspectos poderiam ser referidos.

O documento do Banco Mundial surge como se tudo fosse novidade, quando, eles conhecem perfeitamente a economia moçambicana e a agricultura, e são financiadores de inúmeros projectos da agricultura onde se pratica o que este documento do Banco Mundial critica. Por exemplo, a comparticipação de investimentos do sector privado em equipamentos e insumos importados com benefícios de tarifas alfandegárias (aquelas que o WB está em desacordo), mercados monopolistas e monopsónicos, entre outros instrumentos de políticas públicas.

Em termos de política e teoria económica, o Banco Mundial mantém-se, há décadas, fiel à cartilha dos *Chicago boys*, despegada de alguma realidade, de tudo o mercado e nada ou quase nada o Estado, da competitividade em contexto de economias abertas e profundamente desiguais chutando a escada⁷ às economias em desenvolvimento e países pobres, do proteccionismo e dos fortes apoios que as economias desenvolvidas utilizaram, e ainda utilizam, para o desenvolvimento e protecção das suas agriculturas. Um Banco Mundial que acredita, por dogma da teoria económica que o suporta, que as políticas orçamentais e monetária, por si próprias, fazem aumentar a competitividade da agricultura e da economia e não estuda as complexidades das realidades políticas, económicas e sociais e o contexto histórico e geopolítico dos países. A teoria económica é muito mais que a constante na cartilha do WB e, por isso, a direcção e os seus técnicos são caixas de ressonância de manuais de apenas uma teoria económica. Estudem e utilizem também Keynes, a escola historicista alemã, o institucionalismo, os teóricos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e, porque não, Karl Marx, entre outras escolas do pensamento económico. O Consenso de Washington (política do FMI e do WB para as economias em desenvolvimento), segue as pegadas do Thatcherismo Reaganomics que já foi duramente criticado por James Tobin e Joseph Stiglitz, ex-Vice Presidente do Banco Mundial, e os dois prémios Nobel de Economia.

Para além do sucesso dos “tigres asiáticos” que, por razões muito específicas, o Consenso de Washington reivindica, qual o país africano ou da América do Sul ou Central que teve avanços económicos e sociais consolidadas através desta cartilha?

⁷ Ha-Joon Chang (2004). Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Editora UNESP. Brasil, São Paulo.